

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
PRESIDÊNCIA

XXIII FEIRA DO FUMEIRO MONTALEGRE

**(Discurso do Presidente da Câmara Municipal de Montalegre
- Sessão de abertura do evento - 23 Janeiro 2014)**

Exm.º Senhor

Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional

Presidente da Assembleia Municipal

Presidente da Turismo Porto e Norte de Portugal

Presidente da Associação de Produtores de Fumeiro

Aproveitar a presença do Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional para, no palco do mundo rural que é este, partilhar consigo alguns desabafos.

Não vou pedir-lhe nada! Já lá vai o tempo em que Ministros traziam cheques.

Mas olhe. Contente-se com a minha sorte que chego também a presidente da Câmara na pior altura, aquela em que só se fala e fazem cortes e até a seletividade das candidaturas ao próximo Quadro Comunitário me retira a vaidadezinha, que fez escola país abaixo, de deixar uma placa com o meu nome num simples chafariz que seja.

Acabou Vª Exª de descerrar a placa alusiva à abertura oficial da loja do turismo, uma espécie de loja global, loja on-line que nos liga ao mundo e onde o conceito ou a lógica comercial está bem patente. Merece assim o Sr. Presidente do Turismo Porto e Norte de Portugal o meu reconhecimento e bem-haja pela implementação e desenvolvimento deste conceito.

De seguida partimos para a abertura oficial da XXIII Feira do Fumeiro e Presunto de Barroso. Casamento feliz este do turismo com a gastronomia e produtos locais onde aquele se ancora e andam sempre de mãos dadas.

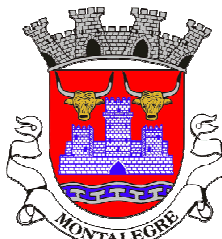
A Feira do Fumeiro é, numa pincelada rápida, um evento que agrega 216 produtores e gera para a região um encaixe de muitos milhares de euros.

São 216 famílias que veem nesta atividade a oportunidade de se fixarem à terra e desenvolvê-la.

São 216 famílias que há muito deixaram de pensar na emigração, essa saga terrível, destruidora, que se iniciou nos anos 60, que nunca parou e ultimamente vem em crescendo e que é a prova maior de quanto o nosso país tem sido sucessivamente mal governado.

Emigraram os da primeira leva, rotos e o pé descalço. Vão agora os que de melhor a nossa sociedade tem, os jovens qualificados em quem a sociedade tanto apostou. Aqueles levaram a esperança de regressar e por isso aqui fizeram a casa dos seus sonhos que ocupam uma vez por ano porquanto cedo se aperceberam quanto o seu país lhes é padraço. Estes, os jovens engenheiros, doutores, arquitetos, professores, investigadores ao saírem e contatarem com ofertas de trabalho e de vida bem melhores certamente não mais voltarão.

Ora, assim se fere de morte um povo. Assim se condena a prazo um país à extinção.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
PRESIDÊNCIA

E se queremos prova do desgoverno e desorientação política de quem ao longo da vigência da democracia tem tido em mãos as rédeas da governação esta é na verdade a maior.

Maior e bem mais grave que as três bancarotas para onde Lisboa nos encaminhou e em que se gastaram todas as energias.

Sr. Ministro,

Dizem os entendidos que a economia se gere por ciclos. Diz a prática que os desequilíbrios financeiros têm sempre solução nem que para isso tenhamos de passar a pão e água como agora infelizmente acontece.

E é nisto - na estúpida economia - que os governos pensam e gastam todo o seu tempo. Isto é, ora se passa o tempo a gastar o que nunca tivemos, ora se despendem energias a tentar endireitar o barco da economia que se afunda e a todos arrasta para a vergonha da intervenção e ajuda externa.

Sustentar-se o Estado com o dinheiro que temos sem sufocar com impostos e cortes rasos a economia e os poucos que produzem e trabalham foi o que nunca ninguém quis fazer.

Por culpa das políticas, da inabilidade dos governos, da Constituição velha e retrógrada que temos ou da sua interpretação, por culpa da crença fatal de que o dinheiro do Estado é inesgotável, cá estamos outra vez de mão estendida. E sempre esquecidos de que o problema estrutural mais grave que o país atravessa é o da demografia, é o envelhecimento da população é o despovoamento do território, é o de estarmos a caminhar para um país que vai deixar de sê-lo.

Nada melhor, pois, Sr. Ministro, que aproveitar a sua presença entre nós para dizer-lhe que seja portador deste nosso desespero e o dê a conhecer lá em Lisboa.

Somos um pequeno país que está a tornar-se demasiado grande para a pouca população que tem no interior do país. Pensar Portugal como um todo, criarem-se as regiões dando assim a oportunidade de fazermos o nosso caminho e acabarmos com a eterna desculpa de que Lisboa é que faz o nosso atraso, adotarem-se políticas de coesão e de discriminação positiva para o interior em colaboração com os autarcas, eis a receita para a doença de que o país sofre e que é urgente medicar.

E começar amanhã já será muito tarde.

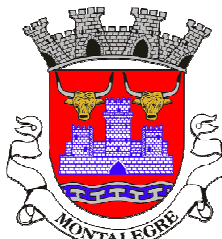
É V^a Ex^a o responsável pelo desenho ou croquis da aplicação das verbas comunitárias para o Portugal 2020.

A economia, o emprego e o crescimento económico, são o norte orientador. E muito bem. Mas duvido que o interior do país, e as políticas regionais venham a ter caráter prioritário.

Numa fotografia tirada à lá minuta olha-se para o interior do país e que vemos? Campos e floresta. A floresta arde. A propriedade é abandonada por quem foi, ora para a estranja, ora para o litoral e se recusa a vender mesmo quando ao lado está alguém que quer dar dimensão ou escala à atividade agrícola que desenvolve e teima em manter.

É aqui Sr. Ministro que que está o busílis da questão, o segredo do equilíbrio territorial e da sobrevivência do Estado/Nação.

Portugal é a Grei, e a terra tem para o povo e para o território uma função social importante a desenvolver.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
PRESIDÊNCIA

Elaborar o cadastro da propriedade rústica, a sua georreferenciação, com identificação clara dos seus proprietários, a catalogação do seu potencial agrícola e a inclusão da propriedade num verdadeiro banco de terras é onde as verbas do novo Quadro Comunitário devem preferencialmente ser gastas.

Se o fizermos ordena-se o território, criam-se empregos e dá-se a ideia de haver finalmente uma ideia para Portugal.

E depois de tudo isto o que fazer?

Muito simples.

Quem nacionaliza bancos falidos e deixa gerações inteiras a pagar esses buracos também tem a autoridade democrática necessária para por ordem no território e distribuir a terra por quem queira trabalhá-la.

Foi assim que o povoamento se fez nos primórdios da nacionalidade. Foi assim que o Estado Novo atuou. É assim que se faz em Israel, país do tamanho do Alentejo, desértico, mas altamente desenvolvido e orgulhosamente autossuficiente.

Em relação às florestas a situação é similar. A floresta é uma riqueza e Portugal é país exportador.

Apostar na floresta - e o nosso concelho é 80% do território baldio - é criar milhares de postos de trabalho, é dar sustentabilidade ao território, é preservar a biodiversidade, é dar-se a ideia de sermos um povo apostado em desenvolver-se através do aproveitamento dos recursos de que dispõe.

Mas há mais Sr. Ministro.

Nas políticas de discriminação e coesão territorial cabem milhentas coisas que podem ajudar Portugal a tornar-se mais harmonioso e um país habitado por gente feliz.

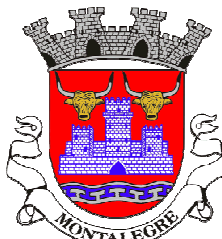
Os Call Center do Estado podem ser espalhados pelo interior do país como, aliás, alguns privados fizeram recentemente na Covilhã.

As prisões não têm nada que estar nos grandes centros. É trazê-las para o interior do país como se faz por exemplo em França onde à sua volta proliferam restaurantes e hotéis, há emprego, e assim se fixam pessoas e se povoa e dá vida ao território.

Este é o caminho Sr. Ministro. E se o não trilharmos já pode crer que o resultado da aplicação dos muitos milhões que aí veem não será nada simpático e todos, governantes e autarcas, perderemos mais uma soberana oportunidade de ficar bem na fotografia que vamos deixar aos vindouros.

Ora, enquanto se não faz o que tem de ser feito, insistir no encerramento de serviços é uma prática de todo desaconselhável. Quem está no interior tem direitos. E não temos culpa de sermos poucos. E o número dos que utilizam os serviços públicos não pode ser exclusivamente a regra que determina a presença do Estado e a manutenção daqueles. Insistir nestas práticas é o mesmo que ver o Estado, que tem a responsabilidade primeira da defesa do território e da proteção dos cidadãos, a demitir-se das suas funções. É o Estado a dizer aos lugares donde retira serviços que ali não é Portugal e como tal toca a emigrar, toca a fugir.

Um tribunal onde um juiz não tenha serviço não tem nada que ser fechado. Esse juiz pode e deve pegar em processos de outras comarcas e dar-lhes fim. E aqueles que desesperam por ver seus processos resolvidos



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
PRESIDÊNCIA

não se importam deste tipo de deslocalizações! Trocam o incómodo da deslocação para audiência pela celeridade da resolução.

Um Centro de Saúde sem médicos ou um hospital Central sem especialidades leva à superconcentração no litoral e nos grandes centros e obriga o povo a gastar o que não tem em viagens. É o Estado a alhear-se da proteção, dos cuidados de saúde a que o povo tem direito, esse mesmo povo que é taxado e tributado por igual aos concidadãos dos grandes centros a quem tudo é garantido.

Sr. Ministro,

Se houvesse a preocupação de olhar-se o país como um todo, Montalegre, que só na produção de energia contribui com 200 milhões€ /ano para o PIB nacional, não teria de andar 20 anos a lutar pelos seus direitos junto da poderosa, protegida e monopolista EDP para conseguir uma migalha de 600.000€ /ano.

Pagar impostos no Município onde a receita se arrecada, e não onde têm as empresas a sua sede, normalmente em Lisboa, é o mínimo que pode fazer-se em nome da dita coesão e unidade territorial.

Também se não promove o equilíbrio entre regiões quando os latifundiários do Sul do país - quiçá bem instalados nos departamentos ministeriais ou na administração das grandes empresas onde influenciam as políticas nacionais que fazem de nós todos um Portugal dos Pequeninos - levam a parte de leão das ajudas à agricultura e aos milhares de proprietários do minifúndio que povoam o território se dá uma migalha.

Mais:

Se em Lisboa houvesse quem olhasse para os números e tivesse a preocupação de pensar o país - Montalegre não estaria dissociada como está do Plano Rodoviário Nacional e há muito teríamos uma estrada digna de ligação às grandes vias. Não temos e se a quisermos teremos de ser nós a fazê-la. Já deitámos para tal mãos à obra. Temos a concurso e vamos iniciar com os nossos recursos a estrada intermunicipal Montalegre/Chaves que sempre foi encarada como prioritária pelos dois municípios e também solidariamente pela CIM-TM de que fazíamos parte e a que a recém formada CIM Alto Tâmega dá igual primazia.

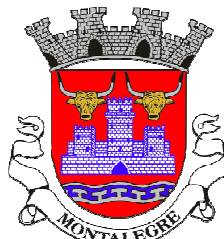
Dizem-nos agora que o próximo Quadro Comunitário não vai contemplar estradas.

Mais uma vez se decide às cegas. E lá se inviabiliza a oportunidade única de termos uma acessibilidade fácil à rede de autoestradas, essas sim muitas delas inúteis por não serem transitadas, que foram semeadas país fora.

Não é assim que a coesão e a harmonia territorial se fazem.

E depois de tantos anos a lutar, em vão, por uma intervenção na estrada nacional 103, aquela que comercial e culturalmente nos liga a Braga e consequentemente ao país, vemos agora inviabilizada à nascença qualquer hipótese de apoio na ligação a Chaves é algo demasiado punitivo e castigador para este povo que não desiste de lutar e de acreditar - e esta amostra deste evento dá disso sobeja prova - que a nossa terra, o nosso Barroso e o mundo rural são possíveis, são necessários e não merecem a morte anunciada que há muito foi sentenciada.

Vamos ser insistentes com a candidatura de base territorial alargada, infraestruturante dos dois territórios e que é consensual e tem absoluta prioridade no seio da CIM-AT, na esperança de que se abra uma exceção



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
PRESIDÊNCIA

para Barroso tal como, a pedido do arcebispo de Braga, D. Bartolomeu dos Mártires, se fez no Concílio de Trento em 1543 a propósito do celibato dos sacerdotes do Barroso.

Disse Senhor Ministro que tudo faria para que levasse de Montalegre uma boa impressão e ficasse com a vontade de voltar.

Não lhe pedi nada como vê!

Agi responsabilmente, partilhando consigo o desabafo amargurado e o inconformista de ver o meu País a desaparecer.

Hoje veio em visita oficial com agenda carregada sem tempo para qualquer outra coisa que não seja o protocolarmente programado.

Convido-o e desafio-o a vir um outro dia qualquer, despido da formalidade da gravata, e fazermos ambos uma incursão por algumas das nossas aldeias e tomando assim o pulso à real dimensão e gravidade do desastre em que já estamos metidos.

O desastre de vermos campos abandonados, casas fechadas, escolas sem meninos, ruas inteiras sem gente e as que há serem genericamente envelhecidas e há muito terem cruzado os braços em sinal de rendição.

Na orientação programática do Município reservo uma fatia de 1 milhão de euros/ano para apoios à pecuária, à floresta e à produção agrícola.

Sinto não serem muitos os interessados em agarrar estas causas que são dinamizadoras da economia e contribuem para a fixação dos barrosões a este terrunho cantinho.

São, porém, medidas quase diria paliativas. Insuficientes já que a doença da falta de nascimentos e do despovoamento do território exige remédios mais fortes e eficazes que a autarquia não está em condições de prescrever.

Gostaria muito que este meu desabafo fosse entendido por V^a Ex^a como o meu modesto contributo para a resolução do grave problema que Lisboa, de tão contumaz nas políticas do ora gasta o que não tem, ora repara o estrago das más políticas ainda não deu conta existir.

É que em conjunto, governo e autarcas, ainda podemos fazer tudo para que este nosso mundo, que é já uma saudade, não acabe.

Montalegre, 23 Janeiro 2014

O Presidente da Câmara

Manuel Orlando Fernandes Alves